

INTEGRA

Presidente afirma que mulheres têm de participar mais do poder

É a seguinte a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso durante cerimônia relativa ao Dia Internacional da Mulher:

Senhora presidente do Conselho do Programa da Comunidade Solidária, Ruth Cardoso.

Senhor ministro Nelson Jobim, Senhores ministros de Estado aqui presentes,

Senhora Rosiska Darcy de Oliveira, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher,

Senhoras parlamentares, Senhoras e senhores.

Não é a primeira vez que nós nos juntamos neste dia que é destinado não à celebração — mais do que isso — à rememoração da importância da mulher e da luta pela igualdade e pelos direitos da mulher.

Eu creio que o trabalho desenvolvido pelo conselho foi muito produtivo. Isso está resumido aqui, em termos das Estratégias de Igualdade, seguindo as decisões que vêm de longe e, notadamente, da Conferência de Beijim e o compromisso do governo brasileiro de levar adiante aquelas decisões que foram tomadas em nível internacional.

Mas, mais do que isso, eu acho que no Brasil de hoje e já o disse melhor do que eu poderia fazê-lo a dra. Rosiska — no Brasil de hoje existe um aumento de consciência a respeito da necessidade da mudança de certas formas de comportamento, da mudança de certas decisões, até mesmo legais, e, sobretudo, como mencionou o ministro Jobim, da criação de condições que permitam a prestação dos serviços necessários para que seja efetiva uma situação de maior igualdade.

Existe maior consciência, mas — sejamos claros — avançou-se menos do que seria necessário. Menos do que seria necessário. Há certos setores da vida brasileira que ainda são muito fechados. E fechados à participação da mulher.

Aqui estão parlamentares deputadas. Não há um deputado. Ou tem algum? Só uma senadora e as deputadas. Mas não há nenhum parlamentar homem. O número de mulheres na vida política é muito pequeno. O poder é muito fechado. O poder é muito fechado à participação feminina. E isso demonstra um conservadorismo que não é mais compatível com a sociedade brasileira.

Evidentemente, isso não se resolve por um ato de vontade do presidente, nem apenas para a enumeração de objetivos e nem pela vontade dos que aqui estão. É um problema que depende muito da sociedade. Portanto, se é verdade que houve uma abertura, é verdade que ainda falta caminhar muito para que essa abertura se efeti-

ve de maneira concreta.

E isso eu digo, hoje, com respeito às mulheres, mas poderia dizer, até com mais força, com respeito aos negros. E, apesar dos esforços do governo e da porosidade — porque eu sempre uso essa expressão — que eu quero que o Estado tenha para com os movimentos sociais e para que o Estado possa acolher as demandas desses movimentos. E isso implica dupla modificação dos movimentos e do Estado, porque a democracia moderna necessita disso, necessita da extensão dessa rede de organizações não-governamentais e que, cada vez mais, vão estar em diálogo ativo com o governo. Apesar desse esforço, nós vemos que, também, na área dos negros os avanços são limitados.

Não são limitados por falta da vontade do presidente da República ou do governo como tal, nem daqueles que estão liderando esses movimentos. São limitados porque é um processo cultural e é um processo de transformação da sociedade e é, também, um processo que requer uma base material mais ampla, para que se possa atender às reivindicações que vão se multiplicar — e é natural que se multipliquem — à medida que a sociedade se democratiza, que existe um avanço da consciência a respeito dessas questões.

Mas nós ainda não estamos suficientemente preparados nem sequer para entender bem, por exemplo, o que significa ação afirmativa. Há, muitas vezes, uma dificuldade em compatibilizar — a universalização dos direitos e a busca de um equilíbrio em termos das discriminações existentes. Não é fácil. Juridicamente, não é fácil. Democraticamente, não é fácil. Mas o tema está posto e nós vamos ter que, de uma maneira ou de outra, enfrentá-lo; não da maneira mais simplista, quer dizer, cota para cá, cota para lá — não vai resolver — mas é importante chamar a atenção que é preciso criar espaços crescentes para que aquelas camadas da população que são discriminadas deixem de sê-lo. E uma das maneiras é colocar o holofote em cima dessas questões, até mesmo fazendo-se às vezes — claro, o governo não pode, mas os que podem exigências que não são sequer passíveis e serem atendidas, no momento.

É preciso ter a compreensão desse jogo que permite a transformação da sociedade. É claro que quem está na função de presidente da República tem que ter essa compreensão e não pode se pôr do lado que vai fazer à pressão, mas entende que tem que haver essa pressão, porque sem essa pressão não haverá a dinâmica necessária e não haverá essa dupla modificação a que me referi, das estruturas

estatais e da própria maneira como a sociedade se relaciona com o Estado e como ela demanda essas transformações.

Mas, bem ou mal, sobretudo agora, na questão específica das mulheres, eu creio que é inegável que houve algum progresso e que maiores progressos estão por vir. Eu acredito que o fato desse ponto de o Conselho ter apresentado essas estratégias de igualdade leva o governo, agora, a refletir sobre as estratégias e a responder, na medida do possível, a elas.

É claro e já foi dito aqui também — que um processo de transformação social dessa envergadura, a democratização da sociedade, não se esgota na ação do governo. É muito mais ampla do que isso e depende de uma modificação da própria sociedade. Mas o governo estará sempre aberto, na medida da nossa influência, para permitir que isso tudo avance. E, sobretudo — e o tema foi remarcado pelos que aqui se pronunciaram — dentro dessa perspectiva nova em que a questão dos direitos humanos, a questão da democracia é vista como algo dinâmica, como alguma coisa que implica, necessariamente, maior participação e maior igualdade, é o centro mesmo da questão democrática contemporânea.

Não se trata mais, hoje, por sorte, de fazer o que foi necessário no passado, um esforço imenso para que nós tenhamos, como temos, instituições representativas, para que tenhamos liberdade, para que os partidos políticos atuem com liberdade, para que a imprensa exista com vivacidade. Tudo isso é muito importante e faz parte da democracia. Mas, hoje, aquilo que realmente acrescenta algo a todo esse movimento é, precisamente, essa nova noção da cidadania como incorporação dos setores que estão à margem e como igualdade e como noção de que os direitos humanos são a parte fundamental do que diz respeito à democracia contemporânea.

É, portanto, com esse espírito que, no dia de hoje, nós recebemos essas Estratégias de Igualdade e agradecemos muito o esforço que foi feito pelo conselho, a acolhida dada pelo ministro da Justiça. E, agora, caberá a nós, do governo, espriarmos essas teses no conjunto do governo, nos vários ministérios, e verificarmos o que pode ser feito e o que não pode ser feito e àqueles que estão nos Conselhos e os milhões que estão fora de qualquer conselho, de qualquer governo, continuar lutando para que, efetivamente, as palavras passem à ação.

Esse é o desafio mais difícil. É necessário que as palavras sejam corretas, mas é mais necessário ainda que delas derive uma ação conseqüente.

Eu termino convidando-as e — porque não dizer? — convidando-os também para a que, juntos, passemos à ação. Muito obrigado.